

Entre a Cruz e a Espada: uma análise do fenômeno religioso no Exército Brasileiro

Laís Alves Peixoto

Mestranda em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0009-0001-0296-4423>

lais.alves@estudante.ufscar.br

Introdução

Recentemente, o Brasil passou por uma transformação em seu cenário político, caracterizada pela ascensão dos militares nas esferas públicas e nos espaços de tomada de decisão. Essa movimentação, que se sustentou no crescimento do bolsonarismo (Castro Rocha, 2021), consolidou a formação de uma nova face militarizada para a política brasileira. A materialização desse fenômeno foi evidente, por exemplo, em 2022, quando se formaram os acampamentos de “patriotas” em frente a quartéis por todo o Brasil (Souza & Leirner, 2024), e ainda mais notória em 2023, durante o oito de janeiro, marcado pelos atentados bolsonaristas na capital do país (Arantes *et al.*, 2024).

Ambos os eventos foram caracterizados pela apropriação e uso recorrente de símbolos nacionais e religiosos, que tiveram seus significados amplamente distorcidos. Além disso, o apelo constante à figura dos militares, seja por meio de pautas como o clamor pela intervenção militar, seja pela adoção de marchas, lemas e símbolos militares, reforça a conexão entre os novos atores políticos e os valores militarizados que buscam exaltar (Souza & Leirner, 2024). Essa conjuntura demonstra como esses atores se alimentam da manipulação de uma noção de “valores conservadores” idealizada e pautada na interseção entre princípios nacionalistas-militares e cristãos. Nesse ínterim, a figura do militar surge como uma personificação desses valores e, a partir disso, os militares se colocam em uma posição central e estratégica no campo político: apropriando-se de símbolos e discursos que evocam essa moralidade nacional e cristã, adquirem um pilar de legitimidade e coesão em seus próprios projetos políticos.

Desse modo, o entendimento da política brasileira atual requer uma análise que dê atenção especial à figura dos militares e aos elementos que, efetivamente, participam da formação de seus valores – isto que, na esfera pública, vem sendo compreendido como uma “moral militar”. Embora o bolsonarismo, com toda essa construção ideológica, tenha desempenhado um papel significativo e funcionado como um trampolim para a ascensão militar (Castro Rocha, 2021), focar nele como elemento ideológico segue sendo um caminho apenas parcial para a nossa análise. Isto porque não é possível compreender plenamente uma conjuntura centrada nos militares sem antes explorá-los em si, suas características essenciais e os fatores que fundamentam essa integração com as pautas políticas ascendentes.

Afinal, como argumenta Leirner (2022, 2023), a ascensão dos militares à arena política não deve ser vista como um fenômeno meramente reativo ou contingente, mas como um movimento calculado, moldado por uma estratégia institucionalmente alinhada a noções, objetivos e um *modus operandi* próprios das Forças Armadas. Os militares se posicionam na esfera pública como atores centrais guiados por suas próprias demandas e estratégias de poder – movimentação que reflete uma lógica de guerra híbrida, na qual as fronteiras entre a ação militar e a política são intencionalmente borradas, criando um espaço de conflito permanente através da polarização política (Leirner, 2022). Esse cenário é, ainda, fortalecido pela presença pública dos militares em cargos eletivos, em que, justamente sob a premissa de defender valores cristãos, nacionalistas e conservadores, buscam expandir sua influência institucional sem recorrer a um conflito explícito – isto é, precisamente por meio dessa manipulação ideológica e da fabricação de crise e polarização “por vias legais”.

A consolidação desse novo campo político revela que os militares, dentro e fora da caserna, operam segundo uma lógica própria inserida no que Leirner (1997, 2022) chama de uma “cosmologia da guerra”, que orienta todos os aspectos da vida do Exército – instituição estruturada sobre a hierarquia e a disciplina, onde absolutamente nada ocorre de forma arbitrária. Sendo assim, tampouco é possível compreender as associações entre os militares e a religião como algo arbitrário. É preciso se aprofundar nos caminhos que conduziram a essa imagem quase indissociável dos valores militares aos valores cristãos e entender os modos pelos quais o fenômeno religioso interage com a cosmologia militar.

Assim, este artigo pretende se situar diante da preocupação de construir uma análise que, atentando-se às categorias “nativas” – isto é, dos próprios militares –, consiga oferecer um entendimento de como a religião efetivamente aparece dentro do Exército Brasileiro; como interage com a doutrina militar, como é institucionalizada e instrumentalizada

dentro da caserna e como influencia a formação e atuação dos militares. A análise pelas vias da ciência política, da história ou da sociologia, que tradicionalmente estudam a presença dos militares na esfera pública, nos dá algumas pistas dessa relação. Contudo, se os militares possuem um meio social próprio, bem como lógica e linguagem próprias, é interessante que procuremos compreendê-los em seus próprios termos, adotando um ponto de vista etnográfico que nos permita acessar aquilo que discutiremos mais à frente como *cultura militar*.

Os estudos sobre religião e militares

Antes de tudo, é necessário figurar um breve panorama dos estudos precedentes sobre a relação entre religião e militares no Brasil. Como afirmado acima, o diálogo entre a moral cristã e a moral militar é profundamente significativo para entender a ação política militar, e, por isso, é surpreendente que ainda não haja uma literatura acadêmica substancial que explore essa interseção, sendo a relação entre religião e militares no Brasil ainda uma lacuna tanto nos estudos antropológicos (Castro & Leirner, 2009) quanto nos estudos sobre militares em geral (Raposo *et al.*, 2022).

Primeiramente, é importante considerar que, em um cenário de conservadorismo moderno, onde as definições ideológicas configuram significantes flutuantes¹ abundantes em contextos religiosos, a religião se estabiliza como um ponto de referência crucial nos discursos que buscam legitimar a nova ordem política, funcionando como uma “ancoragem moral”. Além disso, como descrito por Leirner (2022), a militarização de espaços e a polarização política calculada envolvem também uma profunda ressignificação da moralidade, onde a religião e a moral militar se misturam, reforçando a narrativa conservadora para além do nacionalismo idealizado.

Podemos ilustrar a relação entre militares, religião e política dentro desse mesmo contexto de forma mais explícita ao pensar sobre o atual conflito entre Israel e Palestina. Tomarei como exemplo o artigo *Beyond faith and foxholes* (2020), em que Nehemia Stern e Uzi Ben Shalom analisam a complexa relação entre a religião e as Forças de Defesa de Israel (IDF). Os autores argumentam que a religião desempenha papéis multifacetados no contexto militar, sendo incorporada não apenas como um meio de lidar com o caos da guerra, mas também como uma ferramenta pragmática para apoiar estratégias militares e fortalecer a identidade nacionalista e religiosa do exército. A relação entre religião e militares, longe de ser uma simples questão espiritual, configura um elemento essencial

1 Conceito utilizado na antropologia para descrever certos termos ou símbolos que não possuem um significado fixo e podem assumir diferentes sentidos dependendo do contexto em que são empregados (Lévi-Strauss, 1950).

na guerra híbrida (Korybko, 2018), que articula elementos de fé e ideologia para justificar e sustentar políticas de guerra – bem como práticas genocidas, como no caso da Palestina (Said, 2007). A instrumentalização da religião, então, não se restringe ao campo da fé, mas é profundamente conectada às estratégias e objetivos políticos do Estado de Israel, revelando a interdependência entre militarismo, religião e política dentro desse contexto.

Mas, mesmo no Brasil, isso não é totalmente uma novidade. A própria ditadura militar utilizou esse recurso. Em seu artigo *A padroeira da revolução* (2024), Mathews Mathias analisa a instrumentalização da religião no contexto do golpe militar de 1964, destacando a centralidade da Igreja Católica, e, em particular, da figura de Nossa Senhora Aparecida, como fator de legitimação do regime. Mathias mostra como a direita utilizou a religião para mobilizar os fiéis contra aquilo que viam como uma ameaça aos “valores conservadores”, aproveitando-se de elementos cristãos para criar um elo de coesão social. A mobilização da imagem de Nossa Senhora, especialmente nas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, sintetizou a articulação entre catolicismo, nacionalismo e militarismo em um esforço para consolidar a legitimidade do novo regime militar (Mathias, 2024). Nesse sentido, pode-se pensar que a relação entre a Igreja e os militares ultrapassou o apoio formal, tendo envolvido historicamente um processo de construção simbólica, no qual figuras como a padroeira do Brasil “abençoavam” a “revolução” e o novo país que os militares queriam criar.

Para além dos ecos da ditadura militar, a estratégica apropriação da religião para legitimar os projetos políticos militares segue viva. Basta voltarmos ao contexto inicial deste texto: nos eventos mais recentes da política brasileira, a instrumentalização da fé cristã foi central para mobilizar a sociedade em apoio à intervenção militar e à manutenção de valores como “Deus, Pátria e Família”, elementos-chave no discurso conservador. Vale lembrar que o brado de campanha de Bolsonaro foi composto através da junção da frase “Deus acima de todos” ao lema da brigada paraquedista, o “Brasil acima de tudo”. Isto reforça o quão significativa essa união de elementos militares e religiosos continua sendo.

Recentemente, houve ainda uma relevante ascensão dos evangélicos nas forças armadas², o que complexifica o cenário geral da relação entre religião e militares diante da conjuntura política exposta. A tentativa mais próxima de realizar um estudo que capturasse esse contexto foi o trabalho de Ana Penido e Rodrigo Lentz (2021), em que os autores descrevem o cenário geral da identidade religiosa entre os militares, destacando a presença histórica do cristianismo na construção da doutrina militar e teorizando sobre as causas e impactos da recente ascensão evangélica nas forças armadas. Contudo, o texto

2 Esta informação foi extraída do survey realizado pelo Núcleo de Estudos Sociais das Instituições Militares Brasileiras (NESIMB), do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2017.

parte de notas exploratórias que apontam uma série de temáticas a serem exploradas dentro da relação entre militares e religião, mas não apresentam os resultados de uma pesquisa qualitativa, deixando apenas sinalizado o quanto isso seria desejável.

Não há, no Brasil, um trabalho que se aproxime da relação dos militares com a religião para além da história ou da política, de um ponto de vista antropológico, como faz Joane Rennick no Canadá, por exemplo. Em *Religion in the Ranks* (2011), a autora faz um estudo da presença religiosa entre os militares canadenses, abordando suas práticas religiosas e sua relação com o serviço de capelania, demonstrando como a religiosidade se manifesta no interior das forças armadas, como a religião se faz presente na construção da identidade e na atuação dos militares, e como isso se diferencia do contexto civil. Ainda que seu trabalho adote uma perspectiva antropológica sobre a relação dos militares com a religião, ressalto que ele aborda estruturas sociais, organizações militares e relações com a religiosidade fundamentalmente diferentes das brasileiras, tornando suas conclusões pouco aplicáveis ao nosso contexto.

Em síntese, pode-se dizer que os estudos sobre religião entre os militares no Brasil, até o presente momento, se centraram em três eixos analíticos. O primeiro é o das análises históricas e jurídicas, que estudam a trajetória da presença religiosa no interior das Forças Armadas, desde as origens da instituição até sua laicização formal e a posterior regulamentação do Serviço de Assistência Religiosa (Lima, 2021). Embora importantes para compreender o enquadramento institucional e legal da religião no Exército, essas análises tendem a se concentrar nas estruturas formais e na cronologia normativa, sem se aprofundar nos significados atribuídos à religiosidade no cotidiano castrense ou se atentar às particularidades da cultura militar.

O segundo eixo é composto por estudos quantitativos, que mapeiam o perfil religioso dos militares por meio de levantamentos estatísticos, como no caso das pesquisas sobre a presença crescente de evangélicos nas Forças Armadas (Lentz & Penido, 2021; Raposo *et al.*, 2022). Esse tipo de abordagem revela padrões e proporções relevantes, mas, por ser quantitativa, pouco nos diz sobre as experiências concretas de fé, as formas de vivência religiosa e as interações simbólicas entre religião e doutrina militar.

Por fim, há um conjunto de análises que poderíamos chamar de ideológicas, no sentido de que se debruçam sobre casos específicos, discursos públicos ou materiais institucionais, buscando identificar relações entre moral religiosa, formação doutrinária e projetos políticos (Lages, 2018; Motta, 2018; Rocha, 2021). Embora essas leituras ofereçam contribuições importantes para o debate, muitas vezes partem de categorias teóricas externas à experiência militar e não se dedicam a compreender como os próprios sujeitos produzem sentido no entrecruzamento entre religião e cultura militar.

Diante disso, volto a apontar que a relação entre religião e militares continua com uma lacuna significativa nos estudos antropológicos no Brasil. A religião, enquanto um sistema simbólico que organiza significados coletivos (Mauss, 2003), desempenha um papel essencial na construção da cultura – o que, logicamente, também se aplica à cultura militar, sendo um elemento que interage com a hierarquia, as práticas cotidianas e o fazer político das Forças Armadas. Dado que esse vínculo se entrelaça também com o nacionalismo, o conservadorismo e o discurso político recente, é urgente que essa dimensão seja mais e melhor explorada.

Nesse sentido, a pesquisa que deu origem ao presente artigo procurou contribuir para o debate antropológico sobre a cultura militar, introduzindo a variável religiosa como chave de interpretação relevante. Ao fazê-lo, esperou-se também lançar luz sobre os limites da laicidade institucional nas Forças Armadas, as tensões entre diversidade de crenças/religiosa e homogeneização simbólica e os modos como a religião pode ser mobilizada como recurso moral, disciplinar e político no interior da caserna.

A cultura militar enquanto objeto antropológico

Tendo em vista a atual relevância política e metodológica de estudar antropológicamente os militares, a lacuna nos estudos precedentes sobre sua relação com a religião e o recorte central do presente artigo, cabe agora evidenciar aquilo que estou chamando de cultura militar. Primeiramente, para encaminhar nossa discussão, dentre as múltiplas definições de cultura que a antropologia propõe, escolhi adotar a de Margaret Mead, que entende a cultura como um sistema de significados adquiridos socialmente, transmitidos através da aprendizagem e moldados pela experiência coletiva de um grupo (Mead, 1942).

Os militares, enquanto um grupo que possui um conjunto específico de características intrínsecas aos seus modos de vida – hierarquia, disciplina, interpretações da história e concepções próprias da doutrina militar, bem como uma cosmologia própria baseada na guerra –, compartilham um sistema simbólico, isto é, um sistema que produz significados e coesão dentro de seu meio social. Por conseguinte, a partir dos termos de Mead, podemos compreender os militares como um grupo atravessado por elementos que caracterizam o que podemos chamar de uma “cultura militar”.

Celso Castro, pioneiro nesse campo de estudos, ilustra perfeitamente essa ideia em sua obra *O Espírito Militar* (1990), onde oferece uma análise etnográfica detalhada da formação dos oficiais no Exército Brasileiro, concentrando-se na construção da identidade

militar a partir do processo de socialização dos cadetes na AMAN³. Segundo Castro, esse processo é marcado por uma imersão intensa no universo militar, no qual os cadetes são constantemente distanciados daquilo que eles próprios compreendem como uma “cultura civil” e levados a incorporar os valores e normas “de dentro”. Através dessa formação e das experiências compartilhadas na caserna, os indivíduos passam a incorporar o que o autor chama de *espírito militar*: uma série de traços comportamentais e identitários que distinguem os militares da sociedade civil. A disciplina, a hierarquia e o reforço dessa distinção do mundo *paisano*⁴ são os principais traços desse *espírito militar* (Castro, 1990), sendo reforçados tanto por regras explícitas quanto por normas sociais implícitas dentro da caserna.

O trabalho etnográfico de Piero Leirner em *Meia-Volta Volver* (1997) aprofunda a compreensão das dinâmicas militares através da hierarquia, destacando seu papel como elemento fundamental na vida e na identidade do Exército Brasileiro. O autor descreve como, longe de ser apenas um princípio normativo, a hierarquia é internalizada de tal forma que molda profunda e totalmente as relações sociais dentro da instituição, estabelecendo um sistema de disciplina que orienta as interações diárias dos militares. Como argumenta Leirner, a hierarquia estrutura a visão de mundo dos militares, permeando todas as relações e configurando a maneira como os militares se percebem uns aos outros e, conseqüentemente, como se posicionam frente ao “outro”, o *paisano*.

Esse sistema, portanto, não se limita ao ambiente da caserna, mas se estende também à forma como os militares se relacionam com os *civis*, o que se torna ainda mais claro quando o autor narra sua experiência etnográfica entre os militares. Leirner (1997) expõe como, durante sua pesquisa, enfrentou dificuldades significativas para obter acesso a informações, visto que os militares demonstravam resistência em compartilhar espontaneamente certos aspectos de sua rotina e organização a um pesquisador “civil”. A vigilância constante e o controle sobre o que poderia ou não ser revelado a um “paisano” e a necessidade do pesquisador de negociar constantemente seu lugar no campo – lidando com desconfianças, restrições e discursos padronizados que buscavam manter uma imagem coesa da instituição – dificultaram seu trabalho de campo e evidenciaram as imposições hierárquicas e a clara e constante segregação do “mundo civil” e do “mundo militar”.

3 Academia Militar das Agulhas Negras, instituição de ensino superior do Exército localizada no estado do Rio de Janeiro, onde, inclusive, se formou o ex-presidente Jair Bolsonaro.

4 Categoria nativa, termo de conotação pejorativa utilizado pelos militares para se referir aos civis (Castro, 1990).

A Família Militar no Brasil (2018), coletânea organizada também por Celso Castro, é outro conjunto de estudos que contribui significativamente para a compreensão dos aspectos sociais e culturais que moldam a identidade dos militares. Ao se debruçar sobre dinâmicas familiares, a obra ilustra como a vida militar ultrapassa os muros da instituição e permeia todas as esferas da vida dos militares, incluindo suas famílias. Explorando as redes de relações entre os militares e suas famílias, que compartilham valores e modos de vida que são imersos no espírito militar e na vida da instituição, os autores demonstram a organicidade e a complexidade dessa relação, evidenciando como núcleos privados da vida do militar são também fundamentais para a manutenção e fortalecimento da coletividade militar. Vale ressaltar que a ideia de família militar ultrapassa o núcleo familiar propriamente dito. Fatores como a mobilidade constante dos oficiais e a socialização de seus dependentes em círculos exclusivamente militares constroem uma rede social coesa que acaba por construir uma “família militar” ampliada (Castro, 2018). Essa rede não só compartilha valores comuns, como também opera para reforçar os laços dentro da instituição, gerando uma homogeneização dos indivíduos e prolongando a presença do Exército para além da esfera profissional.

Essas obras esboçam um panorama daquilo que estou chamando de cultura militar: a separação constante do “mundo civil”, a incorporação do *espírito militar*, a hierarquia e a disciplina como valores “sagrados”⁵ e a construção de um meio social próprio que sustenta e perpetua a vida da instituição, prolongando-a sobre todos os aspectos da vida dos militares. Tudo isso revela como a compreensão desse objeto antropológico é fundamental para entender seu cruzamento com outros modos de produção de significado, sua interação com a esfera pública e a lógica e atuação da instituição como um todo.

Se os militares mobilizam certos valores religiosos ou políticos, isso o fazem conforme seus próprios referenciais, objetivos e estratégias. Compreender essas mobilizações exige, portanto, que a análise parta dos termos nativos e das formas pelas quais os próprios militares produzem sentido sobre si mesmos e sobre o mundo. Afinal, como propôs Geertz (1978), a cultura é como uma “teia de significados” através da qual os indivíduos interpretam a realidade; e é tarefa da antropologia interpretar esses significados segundo os próprios termos dos sujeitos observados.

5 A hierarquia e a disciplina têm um caráter “sagrado” porque constituem o eixo estruturante da vida militar, são valores invioláveis que moldam o indivíduo e atribuem sentido a todas as ações e relações dentro da caserna, sem os quais não existe o *espírito militar* e, por conseguinte, o próprio militar.

Uma etnografia da religião no Exército

1. A metodologia de pesquisa

Para melhor contextualizar o leitor aos pontos que serão discutidos mais à frente, pontuo aqui alguns esclarecimentos sobre a metodologia de pesquisa. A investigação se situou na interseção entre duas esferas de produção de significado: isso que chamamos de cultura militar e a religião. Assim, o objetivo central foi compreender como o fenômeno religioso atravessa a vivência militar – como se insere em sua formação, como é abordado institucionalmente pelo Exército e como influencia os valores e práticas dos militares. Portanto, o método central escolhido foi o trabalho etnográfico na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em Campinas - SP. A escolha se deu porque a EsPCEEx conta com a presença de uma capela militar – ponto de partida ideal para compreender as primeiras dimensões da relação dos militares com a religião, sobretudo porque caracteriza uma síntese interna e oficial da religião na caserna –, além de configurar um ambiente fundamental de socialização militar, onde é feita a primeira imersão dos cadetes no “espírito militar”, nos valores e no modo de vida do Exército.

Ressalto que a experiência do trabalho de campo foi dificultada pelos mesmos fatores já expostos por Leirner (1997). Durante minhas visitas à EsPCEEx, minha entrada, minhas solicitações e o acesso à informação foram recorrentemente dificultados ou negados. A forma como fui recebida dentro da Escola evidenciou o processo burocrático gerado pelo sistema de hierarquia militar, bem como diversos mecanismos de separação dos “civis”, configurando uma dimensão tangível daquilo que pude ler nos trabalhos sobre militares e um importante dado sobre o comportamento da instituição. Eventuais lacunas decorrentes dessas restrições foram preenchidas com a análise de trabalhos acadêmicos e conteúdos virtuais produzidos por militares e das conclusões obtidas através da observação participante⁶.

6 Nos termos de Clifford (2011).



Figura 1. Capela Militar São Tomás de Aquino, EsPCEEx, Campinas - SP.
Foto da autora, 2025.

2. “Igreja Militar” × “Igreja Civil”

Como ponto de partida de minha investigação, optei por compreender, antes de tudo, do que se tratava o Ordinariado Militar. Essa organização não apareceu de forma significativa em nenhum dos materiais com os quais eu tive contato durante a revisão da bibliografia que serviu de base teórica para este trabalho. Na verdade, sua existência chegou ao meu conhecimento na primeira incursão que realizei à capela militar, em uma missa noturna, onde o capelão mencionou um “arcebispo militar”.

Até então, tinha o conhecimento da existência de padres dentro do Exército – tanto que pude ver o capelão celebrando missas usando os paramentos litúrgicos dentro da EsPCEEx. Mas a existência de um arcebispo pressupõe uma inserção muito mais significativa da Igreja católica ou do catolicismo dentro da caserna, uma série de macroestruturas das práticas religiosas dos militares, e, o mais importante: um outro sistema hierárquico interagindo com a hierarquia militar.

Essa questão se complexificou ainda mais em uma segunda missa que pude presenciar. Antes da celebração, aguardando em frente à capela, pude ver um grupo de cadetes reunidos conversando. Quando o capelão chegou, em trajes de padre, eles prontamente prestaram continência. Cadetes, praticamente Aspirantes a Oficiais⁷, prestando continência⁸ para um padre me pareceu algo ao menos curioso.

De fato, a imagem do capelão, ainda que em trajes clericais, carregava muitos dos elementos de identificação tradicionalmente militares: o cabelo raspado, a postura, ou mesmo o fato de atender por “capelão Fernandes” ao invés de ser chamado pelo primeiro nome como a maioria dos padres católicos. Mesmo se as missas não fossem dentro da EsPCEEx, frequentadas por militares e suas famílias e atravessadas por orações com pautas militares, o capelão se distinguia de um “simples padre” por possuir muitos dos traços daquilo que Celso Castro (1990) caracteriza como essenciais e constitutivos do espírito militar.

Mas o significado de ser um padre militar ainda permanecia ambíguo. Além disso, a conduta dos cadetes frente ao capelão me dizia que aquele padre não apenas era militar, mas um oficial. Afinal, como era essa formação? Por que um capelão, que teoricamente somente administra a capela e oferece um serviço de assistência ao Exército, ocuparia a posição de um oficial? Como as duas hierarquias se sobrepunham? Nesse caso, como essas instituições totalizantes (a Igreja e o Exército) se sobrepõem? Há precedência de uma sobre a outra?

Reforço que a hierarquia, nas instituições militares, ultrapassa a função de simples ordenamento de cargos e patentes, constituindo um princípio totalizante, organizador e legitimador da existência no Exército. Louis Dumont, em *Homo Hierarchicus* (2008), já havia introduzido uma chave teórica fundamental para compreender essa dimensão. Em sua análise da sociedade de castas indiana, Dumont demonstra que a hierarquia deve ser pensada como uma ideologia abrangente, sacralizada e moralmente legítima que

7 Cadetes são militares em formação para se tornarem oficiais – isto é, militares de alta patente. Geralmente são chamados de cadetes os alunos da EsPCEEx, AMAN ou outras academias preparatórias para o oficialato. Na AMAN, a patente dos cadetes é equivalente a “Aspirante a Oficial”.

8 “A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa.
 § 1º A continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa.
 § 2º A continência parte sempre do militar de menor precedência hierárquica; em igualdade de posto ou graduação, quando ocorrer dúvida sobre qual seja o de menor precedência, deve ser executada simultaneamente.
 § 3º Todo militar deve, obrigatoriamente, retribuir a continência que lhe é prestada; se uniformizado, presta a continência individual; se em trajes civis, responde-a com um movimento de cabeça, com um cumprimento verbal ou descobrindo-se, caso esteja de chapéu».
 (DECRETO N. 2.243 - DE 3 DE JUNHO DE 1997. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Cap. 3, p. 5)

transcende uma simples desigualdade e estrutura todas as relações sociais. Para o autor, o tipo ideal manifestado em sociedades de viés holista, ao contrário do modelo de sociedade ocidental moderna [e “civil”] que valoriza o igualitarismo e o individualismo, valoriza a ordem do todo, uma ordem que antecede o indivíduo e à qual ele está subordinado. Dumont propõe, assim, que a hierarquia é uma função de englobamento das partes pelo todo, pois cada posição social só faz sentido em relação ao conjunto, e cada pessoa é valorizada não como unidade autônoma, mas pelo lugar que ocupa nesse sistema total. Embora Dumont esteja analisando um contexto específico distinto, sua formulação oferece uma lente interessante para analisar instituições fortemente hierarquizadas como o Exército, onde pertencimento, status e conduta dos sujeitos estão subordinados a um sistema simbólico que organiza não apenas a estrutura funcional, mas a própria visão de mundo dos seus integrantes.

A hierarquia entra como uma gramática abrangente que estrutura o olhar, o comportamento, o vocabulário e as expectativas dos militares em relação ao mundo, inclusive nas interações com o universo “civil” e com outros sistemas normativos, como a própria religião. Desse modo, entende-se que a hierarquia é um valor nativo fundamental, cuja apreensão é indispensável para interpretar os pequenos eventos observados em campo – como a continência ao capelão. Pensar, então, na estrutura do Ordinariado Militar e em sua coexistência com a estrutura hierárquica do Exército se tornou um ponto fundamental da pesquisa, a partir de onde eu poderia começar a traçar melhores análises sobre a inserção da religião na instituição, a figura do capelão e as formas pelas quais se articula – ou se tensiona – a convivência entre dois sistemas que, cada um a seu modo, reivindicam legitimidade, autoridade e abrangência.

Para começar a entender essa relação, dei início a uma pesquisa de vários dias de consulta a fontes oficiais do Exército⁹ para entender exatamente que tipo de instituição era essa – se era uma subseção da Igreja Católica ou uma instituição religiosa militar original, quando e como surgiu, se era exclusivamente católica e que tipo de papéis ocupava dentro e fora da caserna. Descobri então que o Ordinariado Militar é como uma “igreja dentro do Exército”. É uma instituição que se organiza do mesmo modo que a igreja católica “civil” – com uma hierarquia que passa por padres e chega até um arcebispo – mas que não responde à cúria e não se dissocia do Exército, porque os membros do ordinariado são também militares. Consta, em todas as fontes, que o Ordinariado Militar foi estruturado para garantir o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) – mas não existe menção, para nenhuma outra religião [não cristã], a uma organização igualmente estruturada. Até

9 Sites, revistas e redes sociais oficiais – que podem ser encontrados em <https://www.eb.mil.br/>, incluindo o site oficial do Ordinariado Militar, que está disponível em <https://arquidiocesemilitar.org.br/>.

onde pude mapear, este ponto tampouco está descrito em nenhuma análise acadêmica sobre militares.

A partir dessas descobertas iniciais, surgiram outros questionamentos: se o Ordinariado Militar é uma instituição religiosa original, como é a formação de um capelão militar e de quais modos isso se diferencia da formação de um padre “civil”? Já que sua estrutura segue alguns elementos básicos da estrutura da Igreja Católica, quais são as vertentes e os princípios selecionados para permanecerem nos cultos do Exército? Há dentro do Exército uma estrutura disponível para amparar outras tradições religiosas? Além disso, permanecia o questionamento central sobre esse tópico: como exatamente os capelães militares se encaixam na hierarquia militar? Decidi então tentar conversar diretamente com o capelão.

Abro aqui um pequeno parêntese para explicar que, embora aberta ao público geral, a Capela Militar São Tomás de Aquino não tem um acesso tão simples. Os meios de comunicação formais, como e-mail e telefone, demoram a ser respondidos, os sites e redes sociais são desatualizados, e – para os *civis* interessados – as informações sobre os eventos são escassas ou contraditórias. Durante minhas primeiras incursões, só consegui confirmar os horários das missas. A capela fica dentro da EsPCEEx, tangente aos muros laterais, e o acesso público se dá por meio de um portãozinho lateral que dá para a rua, não sendo necessário passar pelo portão da Escola e se identificar para entrar, mas geralmente encontrando a entrada trancada ou visualmente fechada e sem nenhuma indicação de horário ou instruções. Além disso, há placas nos jardins que cercam a capela indicando que é uma área militar de acesso proibido.



Figura 2. Placa no jardim atrás da Capela Militar, teoricamente aberta ao público civil, evidenciando o afastamento constante dos “paisanos”. Foto da autora, 2025.

Portanto, apesar de ser um ambiente que segue os ritos católicos e é oficialmente aberto ao público, a Capela Militar adere – propositalmente/explicitamente ou não – ao princípio fundamental da vida militar: a separação do *mundo civil* (Castro, 1990). Essa separação foi se tornando cada vez mais evidente à medida que eu tentava estabelecer contato com o capelão – sendo, nas primeiras tentativas, recebida de maneira muito mais rígida do que os militares que conversavam com ele. Mesmo quando consegui explicar minhas intenções e solicitar uma conversa, fui instruída a procurar a secretaria – isto é, os meios formais e burocráticos que dificultam o acesso dos civis à instituição.

Durante os meses seguintes, enquanto aguardava as respostas da secretaria, continuei comparecendo à capela militar, tanto para assistir às missas quanto para observar de fora a movimentação geral e descobrir por conta própria as programações. Para fins de comparação, visitei também algumas igrejas católicas da região. Nesse movimento de observação e comparação pude perceber alguns padrões que se repetiam na capela da EsPCEx e diferenciavam aquele ambiente das igrejas convencionais.



Figura 3. Interior da capela militar. Bandeira nacional tem destaque no altar.

Foto da autora, 2025.

A capela, em si, não se distancia em aparência de qualquer outra capela. Seguindo o padrão dos muros da EsPCEX, tem uma fachada rosa com detalhes brancos¹⁰. Com influência do barroco, apresenta elementos típicos da arquitetura neocolonial brasileira – estilo amplamente adotado em construções institucionais no século XX, especialmente em escolas e edifícios militares, por reforçar uma identidade nacional ligada à tradição cristã e ao patriotismo (Carvalho, 2007; Al Assal, 2009). Por dentro, com exceção da bandeira nacional em grande destaque no altar e das flores decorativas seguindo a mesma paleta de cores – diferente das igrejas católicas regulares, que geralmente combinam as flores com as cores do tempo litúrgico, nas diversas celebrações da capela militar as flores permaneceram apenas em verde e amarelo –, a aparência da capela se assemelha a qualquer outra.

Na entrada, nos corredores e no jardim, contudo, eram abundantes as referências aos militares que fizeram parte da construção e da história da capela. Além disso, os murais – espaços utilizados nas igrejas para a divulgação de eventos religiosos – estavam sempre ocupados com conteúdos e referências a eventos militares.

¹⁰ Vide “Figura 1”.

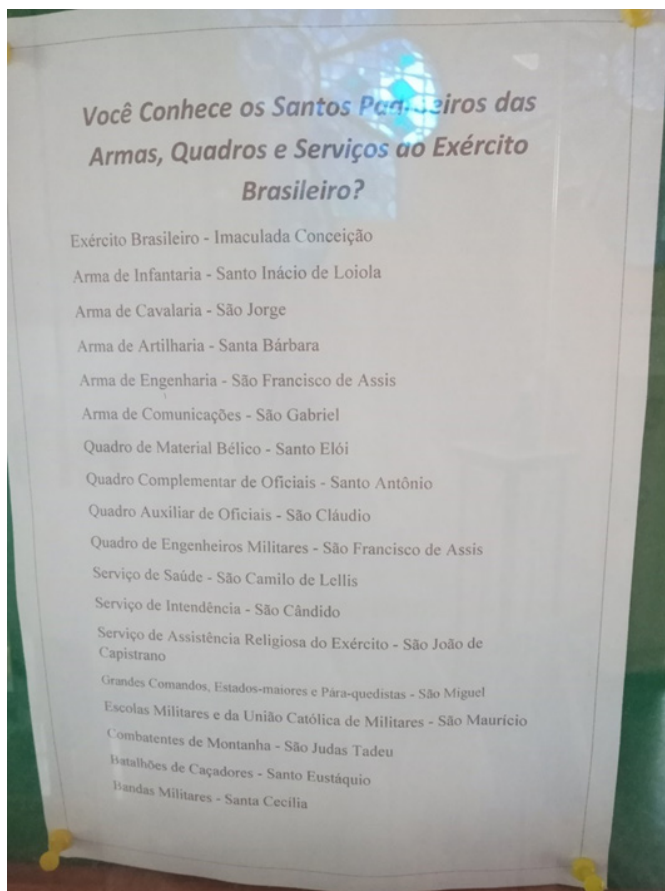


Figura 4. Lista de “Santos Padroeiros do Exército”. Conteúdos desse tipo eram muito comuns nos corredores da capela militar, bem como folhetos de notícias do Exército e divulgações de eventos religiosos exclusivos para militares. Foto da autora, 2025.

As missas, em geral, eram bem parecidas com as missas das igrejas católicas regulares. Contudo, alguns detalhes são válidos de se mencionar, como o fato de a maioria das orações envolver pautas militares¹¹. Mesmo em orações consolidadas na liturgia da Igreja, modificavam-se algumas palavras para adaptá-las ao contexto militar, como a troca de “trabalho” por “serviço”. Pensando nas missas “civis” que assisti em comparação, as homilias das missas militares também seguiam sempre caminhos distintos, passando mensagens que reforcem valores específicos, com grande ênfase para disciplina e respeito pela autoridade.

11 Observando as missas, presenciei orações “pela formação adequada dos cadetes”, “pelo Exército brasileiro e pelos homens e mulheres que diuturnamente lutam pela pátria” e semelhantes.

Para além dos elementos visuais e litúrgicos, um dos aspectos mais marcantes da capela militar era, sem dúvida, o perfil de seus frequentadores. Em todas as visitas realizadas, o público era composto majoritariamente pela *família militar*¹². Não somente, os espaços entre celebrações eram evidentemente um momento de socialização corriqueiro desse público. Militares cumprimentavam colegas de farda enquanto suas esposas ficavam conversando com outras esposas. Filhos e filhas estudavam nos mesmos colégios [militares]. O público mais frequente era de jovens casais compostos por militares e filhas de militares. Durante a missa, ao contrário da maioria das igrejas católicas que conheci – em que o público aderiria aos cânticos, se cumprimentava durante a missa e demonstrava hábitos diferentes de profissão de fé) –, a postura geral na capela era silenciosa, séria, homogênea e fortemente disciplinada; não se percebem “distrações” ou desvios da “postura militar”.



Figura 5. Pátio lateral da capela, onde o público observado se reunia em ocasiões sociais. As árvores ao fundo são um jardim de acesso restrito, atravessado por uma rua privativa que conecta a Escola à Vila Militar.
Foto da autora, 2025.

12 Conforme discutido anteriormente, “família militar” é um termo utilizado nos estudos antropológicos sobre militares para designar não apenas os familiares do militar, mas a ampla rede de conexões que reforça os valores institucionais das Forças Armadas em todos os âmbitos da vida dos militares. Vide Castro (2018).

Essa composição e esse comportamento recorrentes do público conferiam à capela um caráter de espaço de socialização e reprodução dos valores militares mesmo “à paisana”. Em contraste com as igrejas católicas visitadas, onde há uma maior diversidade social e relacional entre os fiéis, a capela da EsPCEEx se configurava como um espaço quase exclusivamente ocupado por sujeitos ligados à instituição, que repetiam sempre os mesmos padrões de comportamento, contribuindo para a manutenção de uma esfera simbólica própria e autônoma em relação ao “mundo civil”.

Muito além de oferecer o serviço de assistência religiosa aos militares, a capela integra a “rede” da família militar, conforme trabalhado por Cristina Rodrigues da Silva (2013). De acordo com a autora, esses espaços demonstram sociabilidades restritas ao universo castrense e processos de adaptação que reforçam a homogeneização cultural e afetiva com base nos valores hierárquicos e coletivistas da instituição e sua predominância sobre todos os aspectos da vida. As práticas observadas durante o campo confirmam que a Capela atua como uma extensão dessa lógica, promovendo a integração entre militares e familiares em eventos que operam também como cerimônias de coesão grupal, produzindo e mantendo vínculos que extrapolam o plano individual e reafirmam o *ethos* militar em suas múltiplas dimensões. É evidente, então, que a Capela São Tomás de Aquino está completamente imersa nas dinâmicas, estruturas, demandas e cotidiano militares, configurando não um espaço religioso disponível para os militares, mas uma extensão do Exército até mesmo em suas práticas religiosas. Nesse sentido, a Capela é, ela própria, “militar”.

Essas observações, portanto, foram profundamente enriquecedoras, mas o contato com o capelão seguiu sendo fundamental para tentar obter as respostas dos questionamentos centrais da pesquisa. De fato, não consegui estabelecer o contato com a secretaria, que sistematicamente ignorou petições institucionais – mesmo as estabelecidas através do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar –, o que me levou a procurar o capelão novamente, de maneira informal, e negociar uma conversa¹³.

3. Interpretações militares

Desde a primeira conversa, o capelão me recebeu fardado, o que, de início, me permitiu identificar – pelas três estrelas na platina – que ele era, de fato, um oficial hierarquicamente acima dos cadetes que lhe prestavam continência: um capitão. Em um primeiro momento, a conversa foi difícil. Por todas as vias em que tentava caminhar com os questionamentos, ele respondia de forma monossilábica e tentava voltar as questões

13 Talvez seja relevante mencionar que a interlocução com o capelão militar só foi possível/aceita sob a condição de que esta fosse feita em horário de confissão.

para mim. Como Leirner (1997) descreveu perfeitamente, a sensação, depois de um tempo, era de que eu é que estava sendo entrevistada. Imaginei que isso poderia se tratar de uma espécie de “teste de resiliência”, tal qual os militares realizam entre si, que deveria ser contemporizado pelo fato de eu retornar várias vezes e insistir para conversar com ele nas semanas seguintes.

Algo muito presente em nossas conversas foi o reforço de “Capelania não é Igreja” e “O capelão está onde o militar está”. Na repetição dessas frases, existia um esforço claro em tentar desconstruir qualquer semelhança da capela militar com as igrejas católicas (igrejas “dos civis”). O capitão dedicou a maior parte das suas falas à explicação de como o capelão deve ser designado “para onde o Exército precisa” e que a capelania nada mais é do que um serviço de assistência religiosa prestado aos militares. Por isso, perguntei por que a Capela São Tomás de Aquino, ao contrário das demais capelas militares do Brasil, ser aberta ao público. Com efeito, o fato de a capela ter uma abertura para a rua não significa que seja um ambiente amplamente divulgado e frequentado pela população civil. Mesmo porque, em um raio de vários quilômetros, a EsPCEEx é cercada por outros núcleos militares: vilas militares, um batalhão de infantaria, lojas de artigos militares e um clube militar. O capelão reforçou que a capela da EsPCEEx é um caso à parte, ressaltando que os familiares dos militares são engajados com algumas atividades comunitárias locais, em que há um histórico de participação civil, e que “os civis da região têm muito apreço pela Escola”, o que permitiu que fosse aberta uma exceção.

Questionei, então, sobre a relação da capela com a comunidade local, e se os cadetes se engajavam com as atividades comunitárias e religiosas. Ele dizia que sim, em especial o grupo de jovens da capela (do qual fazem parte militares em serviço obrigatório, jovens praças e cadetes e seus respectivos familiares). Quando questionei sobre a viabilidade de estabelecer contato com esse grupo de jovens, o capelão respondeu rigidamente que as atividades eram fechadas. Ele me havia dito que, apesar dessas atividades e da natureza do Ordinariado Militar, em geral não estabeleciam contatos com “igrejas civis”, reforçando mais uma vez que “Capelania não é Igreja”. Questionei então que vertente ou tipo de abordagem dentro do catolicismo o Ordinariado Militar adotava – considerando que existem práticas católicas jesuítas, beneditinas, agostinianas, franciscanas e uma série de outras. Ele então explicou que as capelas seguiam à risca as diretrizes da arquidiocese militar, não se alinhando a nenhuma vertente tradicional do catolicismo, mas à proposta estabelecida pelo arcebispo militar.

Então, quando questionado sobre a formação, o capitão descreveu que os capelães militares são formados pela EsFCEx, a Escola de Formação Complementar do Exército, em

Salvador - BA. Depois de ordenados, pelos mesmos meios dos padres “civis”, os capelães ingressam na Escola via concurso e passam por ao menos dois anos de formação militar. “Passamos pelos treinamentos intelectuais e físicos como os outros no Exército, temos uma rotina de capacitação física como qualquer outro oficial” foi uma fala vigorosamente repetida, o que me revelou um certo esforço em afirmar uma identidade militar.

Perguntei então sobre a diversidade religiosa dentro do SAREx, já que só havia ouvido falar do serviço para cristãos e imaginei que houvesse um contingente que pudesse seguir outras religiões. O capelão afirmou que só recentemente pastores evangélicos e espíritas passaram a poder concorrer no processo seletivo da EsFCEx, enfatizando que o SAREx é um direito constitucional assegurado aos militares (incluindo de outras Forças), mas que segue um critério quantitativo. Ele disse que no caso de judeus, por exemplo, não há contingente autodeclarado o suficiente para que seja criado um cargo voltado para eles. Quando questionado sobre esses dados, o capelão disse que não tem acesso aos números ou mesmo às demandas diretas: “eles só têm lá dentro”.

Todas essas questões contribuíram para a construção de um panorama mais claro sobre a dimensão formal e a inserção institucional da religião no Exército. Ainda que à primeira vista se trate apenas de uma face “oficial” da relação entre religião e militares, é importante destacar que, no interior da caserna, nada é arbitrário. O desenvolvimento e a manutenção de uma estrutura elaborada e bem consolidada que sustenta o cristianismo dentro da instituição refletem um esforço deliberado das Forças Armadas em fomentar essa crença específica e, ainda, controlar os meios pelos quais os militares têm acesso a ela. Permaneciam, contudo, as questões de ordem mais subjetiva, envolvendo hierarquia, valores, a percepção dos militares sobre o serviço de capelania e suas experiências religiosas no interior da instituição.

No que diz respeito à hierarquia, em especial, percebi que o capelão se esforçava para desviar do tema nas primeiras conversas. Quando questionei sobre as patentes dos capelães e sua inserção na hierarquia do Exército, sua resposta foi que a estrutura hierárquica militar era complexa demais (entenda-se, possivelmente, “complexa demais para ser compreendida por uma *paisana*”). Por outro lado, sempre que mencionei a hierarquia religiosa, referindo-me especificamente à estrutura do Ordinariado Militar, ele demonstrava certa indiferença. A impressão que me passou foi a de que sua formação religiosa havia sido apenas uma etapa necessária para que pudesse tornar-se *o militar que é*. Nesse ponto, ficou evidente que a hierarquia do Ordinariado não representava, para ele, qualquer valor simbólico particular. Almejar a posição de bispo ou mesmo de arcebispo parecia não ter, em sua perspectiva, o mesmo peso, relevância ou prestígio que alcançar a patente de major ou coronel. A partir disso, minhas questões deixaram

de focar diretamente a sobreposição entre as hierarquias religiosa e militar, passando a se concentrar no avanço dos capelães dentro da hierarquia castrense e nas relações entre esses oficiais formados pelo SAREx e os demais oficiais, que percorrem trajetórias formativas distintas.

Abro um pequeno parêntese para ressaltar que, enquanto isso, eu já havia realizado uma incursão à Escola, seguindo os trâmites burocráticos para entregar à seção de Relações Públicas uma carta endereçada ao Comandante da EsPCEx, Coronel Brandalise, solicitando sua autorização formal para entrevistar alguns cadetes. Essa experiência reforçou ainda mais aquilo que Leirner (1997) trabalhou em sua própria etnografia: o esforço ativo dos militares em afastar os *civis* da caserna. Não podendo circular desacompanhada em momento algum, passei por várias etapas de identificação, respondendo a diversas perguntas, fornecendo dados pessoais aparentemente desnecessários e aguardando várias horas antes de ser designada ao “superior responsável” – o que ocorreu várias vezes, até o oficial supostamente responsável pela minha demanda prometer que “entrariam em contato assim que possível”. Adianto que este contato nunca foi feito, o que me levou a tentar novamente algumas outras vezes, obtendo o mesmo resultado, ou um afastamento ainda maior. Busquei, então, nesse período de “espera”, me aprofundar em algumas produções acadêmicas de militares ou de teóricos da religião para absorver outras interpretações sobre quais seriam os papéis que a capelania militar cumpria dentro do Exército.

Resolvi tomar duas dessas leituras como ponto de partida para as reflexões seguintes. No final da primeira conversa, o capelão havia me emprestado uma cópia do livro *Frei Orlando: o capelão que não voltou* (Palhares, 2013), uma narrativa biográfica do patrono¹⁴ do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, que ele disse que talvez pudesse me interessar. O livro é uma longa narração saudosa, escrita pelo tenente Gentil Palhares, sobre a trajetória de Frei Orlando, o patrono do SAREx, que acompanhou a Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra, levantando a moral dos combatentes e auxiliando em diversas funções, mas que acabou sendo vítima fatal de um tiro no processo. Em *Capelães da FEB* (Lima, 2021), outro livro sobre o qual eu havia conversado com o capelão em um de nossos encontros, o major Rogério de Carvalho Lima retoma o sacrifício honroso de Frei Orlando e trabalha com uma série de questões históricas e teológicas envolvendo a formação e atuação dos capelães e explicando sobre a formação do serviço de assistência religiosa.

14 Os patronos, no Exército, são figuras históricas escolhidas para representar a tradição e os valores militares. Cada uma das Armas, Quadros e Serviços do Exército possui um patrono com história e significados especiais associados a essa divisão, e essas figuras são amplamente valorizadas dentro da caserna. <https://www.eb.mil.br/o-exercito/patronos>.

Nessas produções “nativas”, grande parte do mérito atribuído aos capelães militares parte de sua atuação histórica durante a Segunda Guerra, e suas maiores virtudes são os valores militares que eles absorveram durante esse processo e sua relevância para a tropa em um contexto de combate ativo. No entanto, considerando que o Brasil não se encontra em guerra desde então, essas visões me pareceram um tanto deslocadas do presente. Questionei-me, então, sobre como se dá atualmente a percepção da atuação do capelão dentro da caserna: em tempos de paz, quais sentidos a instituição atribui ao serviço de assistência religiosa? Como os capelães interpretam seu papel diante da ausência de um inimigo concreto? Quais são as “aflições” cotidianas que levam os militares a buscarem a assistência religiosa em tempos de paz?

Resolvi usar essas reflexões para guiar as conversas seguintes com o capitão Fernandes, e, com o passar do tempo, fui incluindo nesses diálogos elementos um pouco mais metafísicos e preocupações mais diretamente relacionadas com a cosmologia militar. Nesse segundo momento, talvez por eu já ter “sobrevivido” a duas conversas, seu tom era mais aberto e bastante didático.

Questionei como, no dia a dia, em tempos de paz, se dá essa incorporação da ideia de guerra, se isso influenciava na busca por assistência religiosa na caserna, quais eram exatamente os modos pelos quais a capelania se fazia presente sem ter um combate iminente. Nesse momento, a conversa com o capitão se transformou. Ele falou empolgado sobre como a guerra é o “sentido de tudo”, é o que movimenta o mundo, impulsiona a ciência, a indústria e a economia, recorrendo a termos da geopolítica para sustentar que “os países que não se preparam são os países que são invadidos”. Segundo o capelão, o Exército é “o grande braço armado da nação”, que se antecipa, treina e se capacita permanentemente para defendê-la. “Estamos em paz, mas preparados para a guerra”. Ele trabalhava com a definição de Clausewitz (2008), da guerra como “uma extensão da política por outros meios”, afirmando que existia uma visão publicamente difundida dos militares como “homens que só sabem atirar” e defendendo que, na verdade, eles passam por uma formação completa e complexa, exaltando a todo momento as capacidades do Exército e explicando que o capelão é uma figura essencial para fazer com que os militares “aguentem” essa formação.

Para o capitão, existiam inimigos ativos: tudo aquilo que dificultava, na vida na caserna, o cultivo e a vivência do espírito militar. A fé, para ele, era uma arma a ser utilizada nos desafios da formação, sendo interpretada muitas vezes mais como uma ideia abstrata de fé do que a fé católica em todas as suas particularidades. Ele repetia frases como “o que o corpo não aguenta, a fé sustenta”, defendendo que o capelão entra como um promotor

de força e integridade entre os militares em suas tarefas cotidianas, como um motor de motivação e coesão.

Retomei, nesse momento de abertura, meus questionamentos sobre a hierarquia militar – ou, exatamente, se algo o diferenciaria de um capitão não capelão, como ocorrem as promoções para os oficiais do SAREx, e quais as associações entre os cargos no ordinariado militar e suas patentes. Ele dedicou um tempo significativo a explicar a hierarquia militar, o que são praças e oficiais, as atribuições gerais desses cargos e o sistema de mérito envolvido nessa organização. O capitão-capelão explicou, então, que existem dois quadros de oficiais no Exército: os combatentes e os não combatentes. Os capelães estariam inseridos nesse segundo quadro, destinados a funções específicas de apoio e com outras atribuições, mas, segundo ele, “não menos oficiais” do que os demais. Foi precisamente a partir dessa percepção de “menos oficiais” que eu tentei desenvolver o questionamento sobre a diferenciação hierárquica entre os quadros, visto que alguns trabalhos como o de Edi Neto (2021) constatarem que, em instituições militares, algumas posições que envolvem funções “complementares” às funções combatentes são menos valorizadas do que outras. Ao longo da conversa, contudo, percebi que essa equivalência parecia ser, na prática, um ponto sensível: a insinuação de uma possível diferenciação simbólica entre os quadros parecia gerar certo incômodo, e o capitão evitava aprofundar o assunto.

Com relação às promoções, ele explicou que ocorrem no mesmo tempo e ritmo que as dos oficiais combatentes, não havendo, segundo ele, uma relação direta entre o nível de ordenamento eclesiástico e a patente militar. Ainda assim, comentou que “existem capelanias para tenente e capelanias para major”, e conseqüentemente uma lógica de distinção funcional interna à própria estrutura. Contudo, esse tópico também parecia gerar desconforto, sendo frequentemente contornado por respostas evasivas.

Perguntei, então, sobre as suas percepções sobre a vida militar, motivações que o levaram a escolher a carreira e a transição entre ser um “padre civil” e ser um “padre militar”. O capitão afirmou que sempre se identificou com os valores e o estilo de vida de ambas as instituições, e, ao ser questionado sobre os fundamentos de sua escolha, respondeu de maneira direta e enfática que “obediência, hierarquia e disciplina são os pilares de uma instituição forte”. Ele discorreu sobre como, em diversas ocasiões, valores comuns a ambas as formações foram evidentes e que existe uma “base comum” entre a igreja e o Exército¹⁵, mas que a vivência militar lhe proporcionou um certo “aprimoramento”.

15 Sobre esta “base comum”, de fato, é possível encontrar a fusão das instituições militar e eclesiástica desde a alta idade média. Vide Leirner (2020).

Tanto na literatura quanto na interlocução direta, a percepção que os próprios militares demonstraram sobre a presença da religião na caserna revelou uma articulação entre valores religiosos e doutrinas institucionais que serve, ao mesmo tempo, como instrumento de coesão, orientação moral e legitimação simbólica da atividade militar. Em diferentes discursos e práticas, observa-se uma crença de que o elemento religioso contribui para um “fortalecimento espiritual” do militar, que envolve também a construção do caráter e a manutenção da disciplina, para além de um suporte ético nos momentos de crise pessoal e institucional. Portanto, nas interpretações militares, a religião não é vista como um fenômeno individual, estranho ou externo à vida castrense, mas como parte integrante da própria identidade institucional. A capelania, nesse imaginário, é legitimada por sua capacidade de integrar fé, disciplina e valores, e o capelão é reconhecido como alguém que, ao mesmo tempo, representa o sagrado e compreende as exigências da vida militar.

4. A figura do capelão militar

A interpretação dos papéis que o capelão militar cumpre no cotidiano da caserna foi o momento que me permitiu com maior intensidade resgatar as categorias nativas. Isto porque o capelão nada mais é do que a personificação daquilo que os militares utilizam como lente para todas as suas ações: a estratégia e a tática.

Durante os dias em que estive em campo na capela militar, pude observar várias vezes o modo como cadetes e praças se comportam perto do capelão. O tradicional distanciamento dos “círculos hierárquicos” é suspenso por um momento, existe uma proximidade que reflete um tipo de relação diferente dentro da rigidez da hierarquia. Esse traço da relação do capelão com os militares se faz extremamente relevante na compreensão de suas funções, dado que a hierarquia, conforme já foi discutido, configura a própria essência da vida militar. Conforme exposto por Leirner (1997, p. 76), “o termo exato para designar uma mistura entre círculos hierárquicos é promiscuidade, o que demonstra como esse tipo de segmentação está arraigado na tropa”. Sendo assim, a existência dessa aparente “proximidade” não pode ser arbitrária, e revela uma face estratégica, onde o capelão se coloca em uma posição de afinidade que permite que ele se aproxime dos aspectos mais íntimos do militar.

Capelães frequentemente evocam essa função como parte da missão da capelania: ser um “braço espiritual” da estrutura castrense, capaz de orientar moralmente o militar e de oferecer conforto emocional diante das exigências da vida no Exército, especialmente em contextos de operações ou treinamento intensos. Como aponta Mello (2011), o capelão

é compreendido como “interlocutor entre a religião e a guerra”, desempenhando um papel simbólico de mediação entre o mundo terreno e o sagrado em momentos de conflito.

Essa visão também é compartilhada por Almeida (2006), para quem a capelania aparece, na autoimagem militar, como uma função que “espelha” a espiritualidade individual dentro de uma instituição total. Nesse sentido, o capelão militar não é apenas um sacerdote ou pastor, ele é um “oficial religioso” que incorpora, simultaneamente, os valores da hierarquia militar e os da fé cristã, sendo valorizado por sua capacidade de moldar atitudes e reforçar vínculos coletivos a partir disso. Isto porque o capelão é capaz de formar vínculos que aparentemente ultrapassam a rigidez hierárquica, se mostrando uma figura “semelhante”, capaz de entender as aflições da formação militar, acolhê-las e trabalhá-las a fim de reforçar a fé e os valores cultivados na doutrina militar – virtudes que se entrelaçam, na maioria das vezes, com a doutrina cristã, como é o caso da disciplina.

A religiosidade, segundo essa perspectiva, é vista como um recurso complementar à formação moral do combatente. A presença da capelania é associada, assim, à função de preservar o “espírito de corpo” e cultivar no soldado valores como obediência, sacrifício, coragem, patriotismo e fé. A imagem de Frei Orlando reforça esse ideal: o capelão que compartilha os sofrimentos da tropa, que consola os moribundos no front e cuja morte heroica simboliza a síntese entre fé e “missão”.

Em tempos de paz, essa atuação se concentra em reforçar o espírito militar e manter a coesão dentro da instituição. Acredito que seja essencialmente essa atribuição, de alimentar a vida institucional, reforçar os valores militares, adentrar nas crenças religiosas teoricamente individuais e saber como usá-las a fim de promover essa extensão da caserna, e, especialmente, de mostrar para os próprios militares que todas as dimensões da vida social podem (e devem) ser incluídas na socialidade militar, que torna o capelão militar tão importante – digno do oficialato. Nesse sentido, é crucial entender que sua posição – de oficial – é cuidadosamente pensada. Caso os capelães fossem praças, seu estatuto também seria diferente. Não é à toa que o arcebispo militar, mesmo não podendo comandar tropas, é equiparado a general¹⁶.

Essa ideia de um uso estratégico pode ser pensada também pelo fato de que há ainda um esforço institucional em legitimar historicamente a relação dos militares com a religião, que pode ser percebido sobretudo no resgate de tradições como a Páscoa dos Militares¹⁷

16 Quando questionei o capitão sobre as patentes que capelães militares poderiam ocupar, ele me disse que a maior delas seria a de coronel, porque são oficiais não combatentes. Contudo, ele afirmou que o arcebispo militar, autoridade máxima do Ordinariado Militar, mesmo não comandando tropas como os oficiais combatentes, seria equiparado a general, em termos hierárquicos.

17 https://www.aman.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52:aman-celebra-a-pascoa-academica-2025&catid=9&Itemid=107.

e a Bênção das Espadas¹⁸, que conjugam nacionalismo, militarismo e religiosidade como parte de uma “pedagogia simbólica” da caserna. Vale ressaltar que a maior parte dessas atividades possui um caráter obrigatório. Durante os estágios virtuais da pesquisa, tive contato com algumas comunidades (blogs e sites) em que cadetes e familiares de cadetes contavam suas experiências. Nesse contato, foram comuns referências a cultos e eventos cristãos cuja presença era obrigatória, mesmo para militares ateus ou adeptos de outras religiões¹⁹. A atuação da União Católica Militar no início do século XX, como mostra Torres (2022), foi decisiva para essa consolidação: a religião aparece como um instrumento de reconfiguração moral e disciplinar, ganhando respaldo político ao se aliar a projetos conservadores de controle da tropa e formação de elites dirigentes.

Tudo isso me foi confirmado em uma das minhas últimas idas a campo, quando o capitão Fernandes me emprestou o livro *Manual do Capelão*, de Gisleno Alves (2023). O autor, também militar, discorre sobre como a capelania militar é sustentada por alguns pilares de legitimidade – histórica, jurídica, teológica e científica –, mas que o maior dos fundamentos da capelania é seu caráter estratégico, em que o capelão se coloca numa posição crucial na formação dos militares e na manutenção da coesão institucional. Essa legitimação simbólica da religião pelas Forças Armadas pode ser pensada, nos termos da sociologia da religião, como uma operação de sacralização da ordem institucional. Peter Berger (1967), em *O Dossel Sagrado*, argumenta que toda sociedade busca justificar sua ordem social apelando a fundamentos sagrados. Seria então por meio da religião que as instituições constroem sentido, legitimam autoridade e naturalizam normas. A função do capelão militar, nesse sentido, opera como uma ponte entre a estrutura hierárquica da caserna e uma ordem transcendente, conferindo um “verniz” sagrado ao exercício da disciplina e da obediência – essencialmente, aos valores e ao espírito militar.

Conclusão

A partir dos vários elementos que pude experimentar em praticamente um ano de incursões etnográficas (às vezes mais ou menos bem-sucedidas), pude constatar, de forma sintética, que a religiosidade militar vai além de uma expressão de crença individual, pois é adaptada dentro do Exército para funcionar como uma extensão da instituição, como todos os aspectos da vida dos militares.

18 A celebração mais recente: <https://cnbbco.com/portal/arquidiocese-militar-realizou-bencao-das-espadas-de-oficiais-generais-do-exercito-brasileiro/#:~:text=Em%208%20de%20agosto%2C%20o%20Ordinariado%20Militar,por%20Dom%20Raymundo%20Damasceno%20Assis%2C%20Cardeal%20Em%C3%A9rito>.

19 <https://namorarumcadete.blogspot.com>.

Tal qual o individualismo encontra transformações significativas para um regime de controle (ou “englobamento”, em termos dumontianos) pela hierarquia (Castro, 1990; Leirner, 1997), as “crenças” são enquadradas no regime cosmológico militar, cujas capacidades adaptativas e transformativas seguem a lógica da guerra (Leirner, 2020). A capelania militar, nesse sentido, entra como um projeto ativo das Forças Armadas que envolve um englobamento estratégico das crenças, e o capelão militar é uma peça-chave dentro dessa dinâmica, o que justifica seu oficialato. A religião, portanto, não se manifesta entre os militares do mesmo modo que se manifesta entre os “civis”: O conjunto de símbolos e regras que a constituem enquanto um sistema de produção de significado é absorvido pela instituição, o que me permitiu formular a hipótese de que a religião está, assim, “englobada” pela lógica militar.

Parece-me, por fim, ser justamente esse englobamento que franqueia a integração dos militares ao cenário político e às pautas políticas ascendentes. De certo modo, os fatores que reforçam mutuamente os valores cristãos e a doutrina do Exército são os mesmos que sustentam, mesmo fora da caserna, os padrões de comportamento político que ganharam força com o bolsonarismo: a extensão e generalização desse “verniz sagrado” cristão a um ideal de valores nacionalistas militarizados, que tiveram como impacto a ascensão dos militares a espaços de tomada de decisão e a consolidação de toda uma nova configuração política polarizada, na qual tanto os militares quanto a religião assumem certo protagonismo – e na qual as ações desses atores, como vimos, não podem ser consideradas arbitrárias.

Uso de Inteligência Artificial

Não foram utilizadas ferramentas de IAG neste artigo.

Referências

- Al Assal, Marianna R. B. (2009). *Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura varguista*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Almeida, Marcelo C. (2006). *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Alves, Gisleno G. de Faria. (org.) (2023). *Manual do Capelão: teoria e prática*. Curitiba, PR: Publicações Pão Diário.

Arantes, Pedro; Frias, Fernando & Meneses, Maria Luiza (2024). *8/1: A rebelião dos manés. Ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*. São Paulo: Hedra.

Berger, Peter L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus.

Castro, Celso (1990). *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, Celso & Leirner, Piero (orgs.) (2009). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV.

Castro, Celso (org.) (2018). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV.

Castro Rocha, João C. de (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Caminhos: São Paulo.

Carvalho, Édis E. T. de (2007). *Arquitetura neocolonial: a arquitetura como afirmação de nacionalidade*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Clausewitz, Carl Von (2023). *Da guerra*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Clifford, James (2011). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Dumont, Louis (2008). *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Korybko, Andrew (2018). *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

Lages, Brayan de Souza (2018). *Laicidade à brasileira: o monopólio religioso no militarismo brasileiro*. São Paulo: Recriar.

Leirner, Piero de Camargo (1997). *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV.

Leirner, Piero de Camargo (2020). *Mini-manual da hierarquia militar: uma perspectiva antropológica*. São Carlos, SP: IndePub/SC.

Leirner, Piero de Camargo (2022). *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. 2ª ed. São Paulo: Alameda.

Leirner, Piero de Camargo (2023). *Ensaio sobre 2013 e uma guerra híbrida fora de lugar*. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, 15(1), 142–200.

Lentz, Rodrigo & Penido, Ana (2021). *Com a bíblia e com o fuzil: notas exploratórias sobre a ascensão evangélica nas forças armadas*. *Brasileana – Journal for Brazilian Studies*, King's College, Londres, Reino Unido, 10(2).

- Lévi-Strauss, Claude (2003). Introdução à obra de Marcel Mauss. In Marcel Mauss, *Sociologia e antropologia* (pp. 9–52). São Paulo: Cosac Naify.
- Lima, Rogério de Carvalho (2021). *Capelães da FEB: a participação histórica da capelania militar do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (1944–1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Mathias, Mathews (2024). A padroeira da revolução: Aparecida e o golpe civil-militar de 1964. *Estudos Históricos*, 37(82), e20240204. <http://doi.org/10.1590/S2178-149420240204>.
- Mauss, Marcel (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Mead, Margaret (1942). *Culture and commitment*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mello, Walter Pereira de (2011). *O capelão militar: interlocutor entre a religião e a guerra*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Motta, Rodrigo de Sá (2000). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917–1964)*. Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Motta, Rodrigo de Sá (2018). *A tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro*. <https://www.academia.edu/38662012>.
- Neto, Edi Alves de Oliveira (2021). *Policiamento com cães: raças e funções em perspectiva sociológica*. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, Volume VI, número 2, julho-dezembro de 2021, e-issn: 2393-6886.
- Palhares, Gentil (2013). *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Raposo, Eduardo; Carvalho, Maria & Schaffel, Sarita (2022). *O que pensam os oficiais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Hucitec / PUC-Rio.
- Rennick, Joanne (2011). *Religion in the ranks: belief and religious experience in the Canadian Forces*. Toronto: University of Toronto Press.
- Rocha, Camila (2021). *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- Said, Edward (2007). *A questão palestina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Silva, Cristina Rodrigues da (2013). Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército Brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 861–882.
- Souza, Guilherme A. M. de & Leirner, Piero (2024). Entre “patriotas”: dos acampamentos ao 8/1. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 11(2), 187–222.

Stern, Nehemia & Shalom, Uzi Ben (2020). Beyond faith and foxholes: vernacular religion and asymmetrical warfare within contemporary IDF combat units. *Small Wars & Insurgencies*, 31(2), pp. 241–266. <https://doi.org/10.1080/09592318.2020.1713530>.

Torres, Pedro Henrique Lessa (2022). *A cruz e a espada: o surgimento da União Católica Militar e sua atuação político-educacional (1917–1930)*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Recebido em 09 de novembro de 2025.

Aceito em 01 de março de 2026.

Entre a Cruz e a Espada: uma análise do fenômeno religioso no Exército Brasileiro

Resumo

Este artigo analisa a relação dos militares com a religião no Brasil sob uma perspectiva antropológica. Derivado de uma pesquisa de iniciação científica, o trabalho busca compreender como a religião se manifesta no Exército Brasileiro e como seus membros associam valores como hierarquia, disciplina e uma cosmologia da guerra a fenômenos religiosos. Com base em estudo etnográfico centrado na Capela Militar São Tomás de Aquino, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), investiga-se o funcionamento do Ordinariado Militar, sua relação com a Igreja, o diálogo entre doutrina cristã e doutrina militar e a gestão da diversidade religiosa dentro do Exército. A pesquisa visa preencher uma lacuna nos estudos antropológicos sobre o tema, especialmente diante de uma conjuntura política que reforça a presença das Forças Armadas e da religião na esfera pública.

Palavras-chave: Militares; Religião; Capelania; Exército Brasileiro.

Between the Cross and the Sword: an analysis of the religious phenomenon in the Brazilian Army

Abstract

This article analyses the relationship between the military and religion in Brazil from an anthropological perspective. Based on an undergraduate research project, it examines how religion manifests itself within the Brazilian Army and how its members associate values such as hierarchy, discipline, and a cosmology of war with religious phenomena. Through ethnographic research at the Military Chapel of Saint Thomas Aquinas, within the Preparatory School of Army Cadets (EsPCEEx), it investigates the military ordinariate and the chaplaincy service, their ties with the Church, the dialogue between Christian and military doctrines, and institutional approaches to religious diversity. The study seeks to fill a gap in anthropological research on the subject, particularly in the current political context in Brazil, where the association between the Army, religion and politics has become increasingly evident.

Keywords: Military; Religion; Chaplaincy; Brazilian Army.